

## **Que Brasil é este que vem aí?**

### **Um diálogo sobre as possibilidades e desafios do novo contexto para o campo social**

30 de outubro de 2022 marca a decisão do povo brasileiro em mudar os rumos do país. A vontade foi referendada nas urnas com a aprovação de 50,90% para o candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva e para o seu vice Geraldo Alckmin. No entanto, o intento está longe das comemorações. A vitória acirrada nas urnas, composta por uma frente ampla de partidos orientados para um governo progressista, sob a regência do Partido dos Trabalhadores (PT), foi apenas de uma luta, cuja batalha está apenas começando. A expectativa da unidade, alimentada com doses de esperança, aguarda um porvir, menos sofrido e doloroso.

Se por um lado se comemora a vitória das eleições, da democracia e o aceno para o diálogo com os atores e movimentos sociais, há também a preocupação real acerca deste Brasil que emerge num contexto tão difuso, dividido e contraditório, em meio a discursos de violência e ameaças antidemocráticas. Abre-se espaço para novas e urgentes reflexões sobre o cenário que se prenuncia. É quase inevitável que alguns questionamentos emergjam, como que tentando fazer “balões de ensaio”, ou delinear possíveis contornos para o que começa a despontar. Quais narrativas virão à tona, qual será a tônica do governo vindouro, como ser autônomo em relação a ele, sem que isso abra espaço para golpes e atentados contra a democracia?

Foi na tentativa de pensar conjuntamente questões como essas, especialmente na ótica das organizações da sociedade civil, que a Equipe DI realizou o Seminário **“Que Brasil é esse?”**, na tarde do dia 22 de novembro de 2022.

**O seminário, que é uma das ações apoiadas pelo Fundo de Transição da Oak Foundation, ocorreu na sede da FASE, no Recife (PE) e contou com a**

participação de representantes das sete organizações apoiadas<sup>1</sup> e convidadas/os: Telma Rocha (diretora programática da Fundação Avina); Janaína Jatobá (gerente de projetos Freedom Fund); Luciana Pinto (gerente Nacional Terre des Hommes/Suisse) e Domênico Corcione (consultor).

O convite foi para debater, ponderar e olhar para o país que emerge pós eleições e, ao mesmo tempo, fazer uma mirada para o futuro. A programação do encontro foi dividida em três momentos. O primeiro, dedicado às reflexões a partir de perguntas provocadoras a respeito do país que emerge, o que desafia e o que anima no que está por vir. No segundo momento, a provocação ficou por conta da consultora em Direitos Humanos Élide Lauris, que traçou um breve panorama desse Brasil de hoje, gotejando percepções e provocando os presentes sobre possibilidades e caminhos a percorrer e refletir. O momento final contemplou uma partilha das inquietações do grupo e estratégias possíveis de serem desenvolvidas para a garantia da sustentabilidade institucional do campo das OSCs.

O texto que segue é um apanhado das principais reflexões do seminário.

Boa leitura!

## **Que Brasil é esse?**

### **Imagens que nos surpreendem e nos provocam neste novo país**

A chegada no tema foi precedida de um momento reflexivo com um chamado meditativo conduzido por uma das facilitadoras da equipe, Dalva Correia, para literalmente sentir o chão onde se está pisando, colocando corpo e espírito em sintonia, respirando e “acordando a mente” para os momentos iniciais da tarde. Em seguida, Cristiane Felix, integrante da Equipe de DI, provocou as/os

---

<sup>1</sup> ACCU (Associação Comunitária Caranguejo-Uçá), AMECICLO, BIGU COMUNICATIVISMO, CENDHEC, CPDH, FASE-PE e FÓRUM SUAPE



participantes com os seguintes questionamentos: O que emerge e nos provoca sobre este cenário? O que nos desafia e nos anima? Qual a imagem que nos chega?

As primeiras colocações teceram um conjunto de ideias, construindo um quadro de pensamentos e falas que iam, pouco a pouco, se complementando e dialogando entre imagens e questões que emergiram como respostas.

Estamos chegando ao final de um túnel, só que nesse final do túnel as luzes são muito frágeis, pouco claras. Com quem realmente podemos contar? “Temos um gigante que se chama Lula, mas com quem realmente vamos contar?”

(Domenico Corcione/ consultor)

“ O que me anima é estar dentro da luta. É a força dos movimentos de mulheres, dos povos indígenas e dos povos tradicionais e, continuar participando e lutando por um país sem desigualdades”.

( Rosemere Peixoto/ Fase ).

“Como entender essa metade que contesta, torce para que não dê certo, mas que são pessoas do convívio social, das relações de trabalho, da vizinhança, ou da família? Como se relacionar com esse grupo que foge da razão, de uma questão de coletividade e da aceitação de perder?”.

(Emerson da Cunha/ Bigu Comunicativismo)

“Como os movimentos sociais vão se posicionar? O que estão pensando em propor enquanto relação com esse novo governo? Haverá muitos limites em projetos desenvolvimentistas, meio ambiente e agronegócio”.

(Domingos Armani/ coordenador Equipe DI)

“Há um estado de ‘esquizofrenia bolsonarista’ que levou o país para um lugar inimaginável. O que construímos de fato no tempo que tivemos? ”

(Dalva Correia/ integrante Equipe DI)

“É de se pensar nessas novas formas de acessar a população e a sociedade em geral, na perspectiva de com quem a gente dialoga”.



(Luciana Pinto/ Terre des Hommes)

“Pensar em processos de regeneração humana. Há uma exigência de crenças e práticas novas que ainda não sabemos quais são”.

(Telma Rocha/ Fundação Avina).

Fica evidente nas falas a preocupação com a direita emergente, com a perspectiva da centro-direita republicana e em como se posicionar em relação ao bolsonarismo, ao governo Lula e Alckmin, diante de possíveis concessões para assegurar a governabilidade. Se por um lado é salutar para a democracia essa composição de uma frente ampla, por outro, pairam as incertezas de como esse cenário se refletirá no diálogo com este novo governo diante dos limites internos e externos. Um dos pontos que surpreende e preocupa é o comportamento de uma parcela da população, que não aceitou o resultado das urnas e, constantemente, tem se posicionado a favor de atos antidemocráticos, colocando em risco a vida de cidadãos e cidadãs e botando em xeque a lisura do processo eleitoral. Uma narrativa assente em notícias falsas, teorias da conspiração e na deslegitimação das eleições.

As muitas vozes também prospectam a possibilidade de reabertura do diálogo dos movimentos sociais com o governo federal, a retomada do Brasil como protagonista global, recolocando-o no cenário internacional e o aceno ao respeito aos direitos humanos com, por exemplo, a intenção de criação do Ministério dos Povos Originários.

A preocupação em estabelecer um convívio pacífico num país segregado, onde amor e ódio estão na mesma intensidade também foram questões que chegaram na roda. Há o entendimento que 2023 será um ano com muitos desafios e tensões. Todavia o chamado que fica é estabelecer um contraponto gerando oportunidades de escuta, diálogos e colaboração.

## **Um olhar sobre o painel montado pelas representantes das OSCs**

A partir das reflexões do grupo, Élide Lauris foi cuidadosa e, ao mesmo tempo, categórica ao afirmar que não há certezas. “Estamos na era das incertezas e o que apresentar aqui é fruto das impressões provocadas a partir do que foi trazido”.

Para a pesquisadora, o que se apresenta é, na realidade, uma disputa do Estado pela sociedade. São dois grupos, em embate pelo poder, com níveis de interesses bem distintos. Uma polarização que sempre existiu, no entanto, que agora, assume outros contornos, mais vil e violenta. “A novidade é que nunca se teve um aval tão grande para a violência e para o ódio tão explícito. O que tornou isso possível foi o fato dessa outra parcela da população, com a qual a gente não se identifica, permitir a ida de Bolsonaro à presidência e ter os seus interesses identificados como interesse nacional”, explica. Essa mudança de narrativa, de acordo com Lauris, é a grande diferença quando Bolsonaro assume o poder, fazendo um contraponto com a narrativa anterior que era a da esquerda trabalhadora. Bolsonaro encontra eco numa parcela da sociedade preconceituosa, militarizada, violenta e vinculada a uma parte do capital. Portanto, tratam-se de dois níveis de interesse disputando o principal elemento que é o Estado.

Lançando o olhar para o governo que assumirá em 2023, observa-se, segundo a explanação de Élide, o desafio de governar com uma frente ampla e, ao mesmo tempo, ter que conciliar os interesses da sociedade brasileira, sem infringir direitos. A dúvida está no nível dessa conciliação que pode aumentar o movimento de violação dos direitos que já vem ocorrendo, mas ainda não se sabe o que vai surgir disso. É preciso lembrar que o principal violador de direitos humanos da sociedade sempre foi o próprio Estado. Para ela, a pergunta que deve ser feita é: “qual é a violência/violação a partir de agora a ser enfrentada?”.

Segundo ela, ainda não há certezas se os movimentos sociais serão linha acessória do governo e se a capacidade de fazer denúncias desenvolvida



nesses últimos quatro anos ainda será útil. “Qual é o espaço que este governo vai nos dar para a incidência política e para a transformação que achamos ser possível?”. Eis a questão.

### Como lidar com este Brasil que emerge?

Mudanças internas, pessoais e institucionais são importantes de serem pensadas para lidar com esse cenário que surge. “O que precisamos rever em termos de visões e práticas para lidar com este país que emerge?”.

As ideias foram consolidadas em tarjetas e organizadas em um painel considerando alguns pontos.

#### Painel | sessão 02



Élida Lauris mais uma vez trouxe ponderações importantes para repensar quais pontos da cultura política da esquerda precisam ser enfrentados, ressignificados e até mesmo superados.

#### 1- Compreender e diferenciar hegemonia e contra-hegemonia



O cerne da questão está em fazer contra-hegemonia sem derrubar um governo que o próprio campo lutou para ser eleito. Mas também entender que a hegemonia é construída com narrativas dominantes, criando associações, lógicas de equivalências e, claro, com dinheiro para orquestrar todos os esforços. “Não devemos ter ilusões de que sem o dinheiro do agronegócio, o capitalismo teria uma narrativa de extrema direita. A narrativa se constrói com instituições. A hegemonia, portanto, trabalha a partir de narrativas, instituições e com comunicação”, declara Élidea.

## *2. Qual a conciliação possível?*

É importante conhecer quais os níveis de conciliação do governo que darão uma “vantagem competitiva” para o que vai ser vivido em breve. Mas a questão de fundo, segundo Élidea, é saber compreender o que cabe fazer dentro dos limites da governabilidade. As organizações têm compromissos políticos na sociedade e valores em relação aos quais não abrem mão. Portanto, é preciso construir essa hegemonia e essa contra-hegemonia dentro dessas possibilidades.

## *3. Direitos Humanos, Gênero e Antirracismo*

Na análise de Élidea, existe uma questão que foi enfrentada de forma muito intensa nos últimos seis anos, e que vai mudar: é o ambiente de ódio e estigmatização com quem trabalha com direitos humanos. De acordo com a pesquisadora, isso já aparecia no governo Dilma. O governo Bolsonaro nos ensinou que não devemos desprezar o efeito do que é dito pelo chefe de Estado. Temos que cobrar desse novo governo falas que tornem o ambiente de defesa dos direitos humanos mais habitante para quem trabalha com este tema”.

A pauta da representatividade política das mulheres e do movimento negro, ocupou maior espaço, no governo Bolsonaro, do que propriamente no governo de esquerda. E isso é significativo. Para Élidea, significa dizer que, em um ambiente defensivo, quem é capaz de inovar e mobilizar as massas, foi quem conseguiu dominar o discurso do antirracismo e feminismo. Segundo Élidea, fala-



se das novas formas de fazer política, mas a questão de fundo é se, de fato, há uma revisão de métodos para que realmente o feminismo e o antirracismo entrem na pauta.

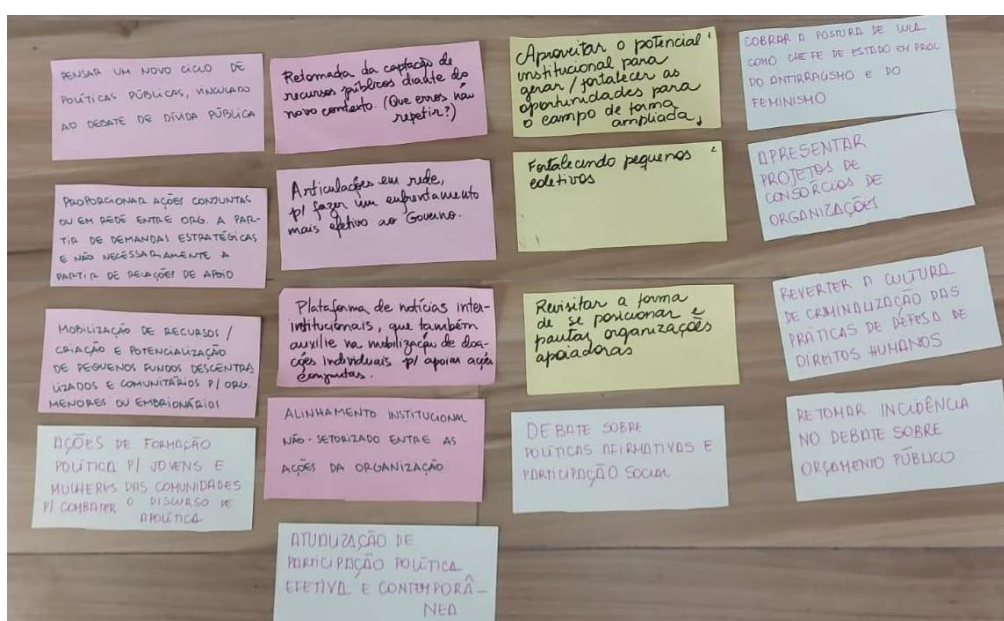
#### 4. Comunicação

Olhar para esse novo horizonte é compreender a necessidade de mudança na forma de dialogar com os “territórios e diversos segmentos sociais” e, ao mesmo tempo, levando em conta o desafio de furar as “bolhas” para que a sua narrativa se expanda. Ação política e estratégica, na atualidade, se faz nas ruas e na rede mundial de computadores.

#### Como fortalecer a sustentabilidade do campo das OSCs no novo contexto

A última sessão foi dedicada a pensar as estratégias de sustentabilidade para o campo. Uma colheita rica com propostas para o intento, além de contar com contribuições de representantes de organizações financiadoras presentes ao evento. A dinâmica dessa atividade ficou a cargo da consultora em comunicação/Equipe DI, Nataly Queiroz, com a divisão e debate em grupo, seguido da apresentação e discussão em plenária.

Painel | sessão 03





O ponto alto dessa sessão foi o debate sobre vislumbrar a sustentabilidade no campo social e o estabelecimento de relações sólidas com os apoiadores, parceiros e financiadores. Além disso surgiram alguns indicativos a se considerar, são eles:

- Estabelecer uma relação de sinergia com os apoiadores;
- As OSCs não devem se submeter a editais que não estão no foco das suas expertises. A fragilidade financeira e a busca por caminhos de financiamento sem a expertise da organização podem acabar ofuscando o que seria o melhor potencial da organização, gerando mais fragilidade.

Domingos Armani aproveitou a presença do trio de instituições apoiadoras e tratou de averiguar se muda alguma política das organizações internacionais com Lula eleito, com alguma mudança de prioridade ou mesmo se há uma “janela de oportunidades” em investimentos para as organizações. Para Élide, há uma crença por parte do governo de que chegarão ao Brasil recursos da cooperação internacional para algumas áreas e que o ambiental pode ter fundos para além da Amazônia. A afirmação também é referendada por Janaína Jatobá, representante do *Freedom Fund*, ao comentar que a definição eleitoral no Brasil, com a chegada de Lula à presidência, definiu a posição de investimento para os programas da Amazônia na organização a qual representa.

O cenário de sustentabilidade do campo das OSCs pede atenção para duas grandes tendências, segundo Élide: a) buscar resultados de *advocacy*, pois tendem a orientar o financiamento para fazer o recurso chegar na ponta (tratando das organizações informais); b) as organizações mostrarem capacidade de alinhamento institucional, com mais alinhamentos entre os projetos evitando sobrecargas da equipe.

“O compromisso de fazer mudanças, é um compromisso de sustentabilidade a longo e curto prazo”, finaliza Élide.



**EQUIPE DE APOIO AO  
DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**

FUNDO DE TRANSIÇÃO - Oak Foundation/Brasil

Feito então o alerta: a sustentabilidade financeira do campo de direitos no Brasil vai estar bastante ligada às disputas políticas na sociedade, à força indutora das políticas públicas e aos rumos dos debates na esfera pública. Fortalecer a sustentabilidade institucional das OSCs no contexto vindouro significará, em grande medida, trabalhar pela equivalência política e discursiva (contra-hegemônica) entre direitos, democracia e dignidade, tendo as OSCs como vetores relevantes deste processo..